

RESOLVEM os Conselheiros do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, por votação unânime, em conformidade com a ata da sessão e nos termos do relatório e voto do Conselheiro Relator.

Decisão:

- 1. CONSIDERANDO** o cumprimento do Acórdão 37.526/2020, deste TCM/PA, com o envio de documentos justificar os termos da Denúncia apresentada;
- 2. CONSIDERANDO** o pedido de Urgência que o caso requer;
- 3. CONSIDERANDO** a Informação Técnica nº 007/2020/1ª Controladoria/TCMPA;
- 4. REVOGAM** a Medida Cautelar aplicada, nos termos do art. 146, I, do Regimento Interno do TCM/PA, dando ciência à Prefeitura Municipal de Abaetetuba;
- 5. DETERMINAM** a continuação da instrução do Processo em relação à apuração da DENUNCIA constante nos Autos;

RESOLUÇÃO Nº 15.461, DE 26/08/2020
Processo nº 890012011-00

Assunto: Prestação de Contas
Município: Bom Jesus do Tocantins
Órgão: Contas de Governo da Prefeitura Municipal
Exercício: 2011
Responsável: Sidney Moreira de Souza
Advogado: Samia Hamoy Guerreiro
Instrução: 5ª Controladoria

Relator: Conselheiro Luis Daniel Lavareda Reis Junior
EMENTA: PRESTAÇÃO DE CONTAS DE GOVERNO DO MUNICÍPIO DE BOM JESUS DO TOCANTINS. EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2011. PARECER PRÉVIO RECOMENDANDO A APROVAÇÃO DAS CONTAS.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, que tratam da Prestação de Contas de Governo da Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Tocantins, exercício 2011, de responsabilidade do Sr. Sidney Moreira de Souza, acordam os Conselheiros do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, nos termos da Ata da sessão e do Relatório e Voto do Conselheiro Relator, por unanimidade.

Decisão: Em emitir **PARECER PRÉVIO FAVORÁVEL** à provação das contas de governo em epígrafe, na forma do art. 37, I da Lei Complementar nº. 109/2016 TCM/PA. Após o trânsito em julgado desta decisão, deve a Secretaria notificar o Presidente da Câmara Municipal de Bom Jesus do Tocantins para que, no prazo de 15 (quinze) dias, retire os autos na sede deste Tribunal, para processamento e julgamento do Parecer Prévio, no prazo de 90 (noventa) dias.

RESOLUÇÃO Nº 15.582, DE 16/12/2020
Processo nº 202004085-00

Assunto: Consulta
Município: Ponta de Pedras
Órgão: Câmara Municipal
Exercício: 2020
Interessado: Maria Alice Martins Tavares
Instrução: Núcleo de Atos de Pessoal (NAP)
Relator: Conselheiro Luis Daniel Lavareda Reis Junior

EMENTA: CONSULTA. PROJETO DE LEI QUE VISA A CONCESSÃO DE PENSÃO À VIÚVA DE EX-PREFEITO. EXISTÊNCIA DE LEI MUNICIPAL N. 1.271/1980 QUE DEFERIU TAL CONCESSÃO. MANIFESTAÇÃO DESTA CORTE ACERCA DA LISURA DA APROVAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DE PROJETO DE LEI PELO EXECUTIVO MUNICIPAL.

1. O Supremo Tribunal Federal reconheceu a competência do Tribunal de Contas para proceder à apreciação da constitucionalidade de leis e atos normativos, quando do exercício de suas atribuições por meio da edição da Súmula 347.
2. É inconstitucional norma que estabelece pagamento gracioso ou de qualquer natureza a ex-prefeito ou ex-vereador fora do tempo de mandato, bem como benefício previdenciário ou equivalente a qualquer beneficiário em decorrência de falecimento do agente político, submetendo aqueles que derem causa às cominações legais.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos que tratam de **CONSULTA**, e respondida nos termos do disposto no art. 1º, inciso XVI, da LC n.º 109/2016, acordam os **Conselheiros do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará**, por unanimidade.

Decisão: Em **aprovar** a resposta à **CONSULTA**, nos termos da Ata da Sessão e do Relatório e Voto do Conselheiro Relator, que passam a integrar esta decisão.

Protocolo: 33985

DESPACHO DE INADMISSIBILIDADE

CONSELHEIRO SUBSTITUTO SÉRGIO DANTAS

DESPACHO MONOCRÁTICO DE
INADMISSIBILIDADE DE CONSULTA
Processos nº 201804937-00

Data de Protocolo 11/06/18
Origem: Câmara Municipal de Rondon do Pará
Exercício: 2018
Assunto: Consulta – significado do Controle Interno, limite de valor de diárias mensais sem descontos previdenciários, complemento salarial através de diária, etc.

